

Os arquitetos no campo: o inquérito à arquitetura popular em Portugal no terreno

Architects in the countryside: doing fieldwork for the survey of Portuguese popular architecture

João Leal e Marta Prista



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/10073>

DOI: 10.4000/etnografica.10073

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 257-283

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

João Leal e Marta Prista, «Os arquitetos no campo: o inquérito à arquitetura popular em Portugal no terreno», *Etnográfica* [Online], vol. 25 (1) | 2021, Online desde 05 março 2021, consultado em 07 março 2021. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/10073> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.10073>



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Os arquitetos no campo: o inquérito à arquitetura popular em Portugal no terreno

João Leal e Marta Prista

Este artigo centra-se no “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal”, uma importante pesquisa organizada pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, que se realizou entre 1955 e 1961. Recorrendo a depoimentos de alguns dos arquitetos que participaram na pesquisa, o seu objetivo principal é resgatar a memória do trabalho de campo realizado no âmbito do inquérito. A primazia é dada às falas dos arquitetos. Estas não só abordam – de uma forma muito viva – as rotinas, aventuras e peripécias do trabalho de campo, como nos dão um retrato – muito realista e marcado por algum sentido de humor – do Portugal rural dos anos 1950.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura popular, memória, história da arquitetura, história da antropologia.

Architects in the countryside: doing fieldwork for the survey of Portuguese popular architecture ♦ This paper is centred on the Survey of Portuguese Popular Architecture, organized between 1955 and 1961 by the Portuguese Union of Architects. Based on testimonies and interviews with some architects who conducted the Survey, the paper aims at recovering the memory of the fieldwork on which the Survey was based. The paper is mostly based on the transcription of the interviews. These not only vividly recover the routines, adventures and incidents of the fieldwork, but also provide a very realistic portrait of rural Portugal in the 1950s.

KEYWORDS: popular architecture, memory, history of architecture, history of anthropology.

LEAL, João (joao.leal@fch.unl.pt) – CRIA / NOVA FCSH, Portugal.

PRISTA, Marta (marta.prista@fch.unl.pt) – CRIA / NOVA FCSH, Portugal.

O “INQUÉRITO À ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL” TEVE LUGAR entre 1955 – data do início da pesquisa – e 1961 – data em que foram editados os dois volumes do livro *A Arquitectura Popular em Portugal* (1961). Organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos e coordenado por Keil do Amaral, o inquérito procedeu àquele que é ainda hoje o mais completo levantamento fotográfico da arquitetura popular portuguesa. Para o efeito o país foi dividido em seis “zonas”: a zona 1, cobrindo o Minho, o Douro Litoral e a Beira Litoral; a zona 2, constituída por Trás-os-Montes e o Alto Douro; a zona 3, formada pelas Beiras; a zona 4, composta pela Estremadura, o Ribatejo e a Beira Litoral; a zona 5, o Alentejo; e, finalmente, a zona 6, com o Algarve e o Alentejo litoral. A cada uma destas zonas foi atribuída uma equipa de pesquisa constituída por um arquiteto mais experiente – designado como o chefe de equipa – e por dois outros arquitetos mais jovens: na zona 1, Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres; na zona 2, Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carvalho Dias; na zona 3, Keil do Amaral, Huertas Lobo e João Malato; na zona 4, Nuno Teotónio Pereira, Pinto de Freitas e Silva Dias; na zona 5, Frederico George, Azevedo Gomes e Mata Antunes; na zona 6, Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres.

Mobilizando alguns dos mais destacados arquitetos portugueses da época, o inquérito, para além do seu impacto na cena arquitetónica portuguesa dos anos 1960, foi também – a par das pesquisas de Leite de Vasconcelos, de Orlando Ribeiro, do grupo de Jorge Dias e de Michel Giacometti – uma das mais importantes investigações sobre o universo da cultura popular portuguesa de matriz rural realizada no século XX português.

Em resultado dessa sua importância, o inquérito tem sido nos últimos anos objeto de um conjunto de pesquisas que permitiram um melhor conhecimento de vários aspetos relacionados com o seu planeamento e execução. Essas pesquisas envolveram em muitos casos a realização de entrevistas com alguns dos protagonistas do inquérito (*e.g.*: Leal 2016; Neves 2001; Oliveira 2011). Simultaneamente, têm sido também publicados testemunhos de alguns arquitetos que relatam na primeira pessoa do singular a experiência do inquérito. Entre esses depoimentos, avulta um livro de Carvalho Dias, sobre a pesquisa conduzida em Trás-os-Montes e Alto Douro (C. Dias 2013).¹

Este conjunto de publicações tem-nos dado acesso a alguns aspetos relacionados com os bastidores do inquérito. Alguns deles eram já conhecidos, como os relativos aos processos de constituição das equipas, à literatura previamente consultada, à organização geral do trabalho de algumas equipas ou à prepara-

1 Deve também ser referido que, na sequência da sua participação na equipa do Minho, António Menéres desenvolveu um interesse sustentado pelo tema da arquitetura popular, expresso numa das mais importantes coleções de fotografias existentes em Portugal sobre o tema (*e.g.*: Menéres 2012a, 2012b, 2013).

ção da edição dos dois volumes resultantes do inquérito (Cardoso, Leal e Maia 2012; Leal 2000; Maia, Cardoso e Leal 2013; Neves 2001; Oliveira 2011; Tostões 1997). Outros, entretanto, não têm merecido tanta atenção. É o que sucede com o dia-a-dia da pesquisa de campo, com aquilo a que poderíamos chamar o “inquérito no terreno”.

O objetivo deste artigo é justamente restituir essa dimensão da pesquisa. Para além do livro de Carvalho Dias (2013), apoiamo-nos em entrevistas realizadas em 2012 e 2019 com António Menéres – da equipa que pesquisou o Minho (e o Douro Litoral) – e com Francisco Silva Dias – da equipa que pesquisou a Estremadura (e o Ribatejo). As entrevistas realizadas em 2019 foram feitas expressamente para o presente artigo.²

O INQUÉRITO ANTES DO TERRENO

Como foi referido anteriormente, para efeitos do inquérito, o país foi repartido em seis zonas. Para cada uma delas foram constituídas equipas de trabalho integradas por um chefe de equipa e dois outros arquitetos. A pesquisa deveria estender-se por seis meses e foi remunerada:

“Nós ganhávamos de ordenado, salvo erro, três contos [...]. Por mês. E três contos de ajudas de custo para despesas: gasolinas, almoços [...]. Tínhamos que apresentar contas de tudo!” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Os critérios de escolha dos jovens arquitetos variaram. Mas parece ter sido importante a sua experiência com fotografia. Foi esse o caso de António Menéres e de Silva Dias. Menéres, que fotografava desde jovem, convenceu Fernando Távora (chefe de equipa do Minho) a ficar na equipa com uma fotografia tirada a duas crianças numa aldeia de Trás-os-Montes:

“Nós tínhamos uma empregada [chamada Tomásia], cozinheira, uma rapariga de Trás-os-Montes, que a gente sabia que era de uma aldeia [...].

² Este artigo nasceu de uma “encomenda” do arquiteto José Manuel Pedreirinho – ex-presidente da direção da Ordem dos Arquitetos – para a elaboração de um pequeno artigo que deveria ser publicado numa nova edição da *Arquitetura Popular em Portugal*. As limitações de espaço relativas a esse texto eram muitas e isso traduziu-se num grande desaproveitamento do material de que dispúnhamos. Por isso preparamos esta versão longa do artigo, que nos parece fazer mais justiça à riqueza da informação recolhida. Agradecemos ao arquiteto José Manuel Pedreirinho o convite que nos fez. Agradecemos também a disponibilidade revelada pelos arquitetos que entrevistámos: somos particularmente gratos, em particular, aos arquitetos António Menéres e Silva Dias. Agradecemos ao arquiteto Carvalho Dias a cedência de fotografias do seu espólio pessoal. As restantes imagens reproduzidas pertencem ao espólio do IAPP depositado na Ordem dos Arquitetos, mas os seus autores, assim como outros detalhes (datas, localizações), não puderam ser apurados. Agradecemos a autorização para a sua reprodução. A seleção realizada procurou não ser redundante em relação às imagens mais usuais do IAPP, tendo valorizado a dimensão humana do Inquérito.

E então, quando fomos de férias [...] chegámos lá e levámos a Tomásia conosco [...]. Os pais ficaram encantados, choraram, a rapariga bem tratada, penteadinha, lavadinha. E eu, na aldeia, tiro uma fotografia [...]. Então, o pai dessas crianças quis pentear os miúdos, as miúdas. Eu fiquei desgostoso, mas tive de deixar. ‘Ai, eu vou lhe pentear, senão não faz a fotografia’ [...]. Ora bem, esta fotografia [mostrada a Távora durante a entrevista] é responsável por eu ter ido para o inquérito.” [Entrevista a A. Menéres, 2019].

Quanto a Silva Dias, contou assim o desfecho da entrevista com Teotónio Pereira (o chefe da equipa da Estremadura) em que foi selecionado para a equipa:

“[o Teotónio Pereira] fez-me um interrogatório: ‘Porque é que se interessa por isto? O que é que já fez?’ Lá lhe expliquei que o meu avô vivia em Proença-a-Nova. E ‘que máquina é que tem?’, e ‘gosta de fotografia?’” [Entrevista a S. Dias 2019]

“Felizmente, levava umas fotografias que tinha tirado na terra do meu avô já sobre arquitetura regional e mostrei-lhe e, sim senhor, começou aquela nossa aventura extraordinária.” [Entrevista a S. Dias, 2012]

A preparação do inquérito envolveu algumas reuniões prévias, designadamente com Keil do Amaral, e leituras preliminares. Entre estas leituras avulta *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de Orlando Ribeiro:

“nós também tivemos a possibilidade de ter leituras que, no caso da zona 1, para nós, foram fundamentais. Um[a] de[a]s, claro, Orlando Ribeiro, o *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, e outros dois livros dele.” [Entrevista a A. Menéres, 2012]

“Eu tinha como livro de cabeceira o *Portugal [o Mediterrâneo] e o Atlântico*, do Orlando Ribeiro. Mas era porque o meu irmão era agrónomo e tinha comprado. E eu achei realmente aquilo um livro extraordinário [...]. Para mim então foi extraordinário, porque a zona 4 é no fundo a demonstração do Portugal do Orlando Ribeiro, do *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. [...] É realmente mesmo a fronteira entre o norte e o sul, aquele risquinho que o Orlando Ribeiro faz assim.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Mas, para além de Orlando Ribeiro, foram também realizadas leituras adicionais, desde o *Inquérito à Habitação Rural* a António Sérgio, Leite de Vasconcelos ou Jorge Dias. Carvalho Dias, por exemplo refere muitos desses autores no seu livro:

“‘Pegámos’ em José Leite de Vasconcelos, de quem a *Etnografia Portuguesa* foi um dos pilares deste início. // Recorremos a Jorge Dias, analisando o seu percurso em vários estudos etnológicos (nomeadamente o indispensável *Rio de Onor*) e interiorizámos bem os seus *Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, pequena obra no tamanho, mas muito relevante para o real conhecimento do que somos – ou do que, na altura, éramos... // O mesmo, com António Sérgio, na sua *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, e com Amorim Girão, sobretudo na *Geografia Humana* e no *Esboço Duma Carta Regional de Portugal*. // [...]. Compulsámos ainda Damião Peres e Mendes Corrêa. // E não podíamos ter esquecido o *Inquérito à Habitação Rural*, aquele excelente e preocupante trabalho dos Profs. Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas.” (C. Dias 2013: 31)

Na equipa de Trás-os-Montes foi também elaborada uma lista de contactos com pessoas que, em diferentes localidades, poderiam ser úteis aos jovens arquitetos.

“Além desta atividade inicial, procurámos, ainda, estabelecer contactos com pessoas (colegas, outros) originários de Trás-os-Montes, ou que para lá habitualmente trabalhassem. // Armazenámos, assim, grande soma de conhecimentos, que obtivemos de várias fontes: os colegas Carlos Santelmo, Cramês e Teixeira Ferreira, da zona de Vila Real; Rolando Torgo, de Amarante; Inácio Souto, de Chaves; Manuel Ferreira, da zona de Bragança; etc.” (C. Dias 2013: 34).

“Complementarmente, levávamos ainda no bolso os nomes de residentes ou naturais de Trás-os-Montes, os quais teriam sempre algo para nos transmitir, e nos atenderiam com a proverbial hospitalidade transmontana: o Dr. Júlio Teixeira e o padre Minhava, em Vila Real; o Dr. Olímpio Secca, em Vilarandelo; o Sr. Arsénio Mourão, em Lamas de Olo (na serra do Alvão, a noroeste de Vila Real); o Dr. Francisco de Barros, em Chaves; o capitão Artur Gonçalves, no Barroso; o padre António Mourinho, em Miranda do Douro; e ainda outros nomes [...]. // De posse de todo este manancial de informação, foi-se fazendo o esboço da programação das atividades.” (C. Dias 2013: 35)

Essas listas de contactos prévios não foram, entretanto, estabelecidas em todas as equipas. Foi o que se passou na equipa da Estremadura:

“pergunta se nós tínhamos contactos prévios com alguém. [...] A verdade é que um presidente da câmara naquela altura ou era bufo da Legião, ou era um militar. Enfim, não queríamos nada com eles, e eles possivelmente

também não queriam nada connosco. O padre... o padre era uma força reacionária.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

O INQUÉRITO NO TERRENO

Lançados no terreno, os jovens arquitetos tinham uma considerável autonomia. De facto, geralmente o chefe de equipa deslocava-se episodicamente ao terreno e o grosso da pesquisa estava nas mãos dos jovens arquitetos.

“A princípio, acompanhava-nos o Filgueiras [chefe da equipa de Trás-os-Montes], com a sua maior experiência. [...] Mas, depois, apenas o Arnaldo [Arnaldo Araújo, o segundo integrante da equipa de Trás-os-Montes] e eu continuaríamos, ficando ele no Porto. Apenas iria ter connosco quando fosse conveniente para o prosseguimento do trabalho.” (C. Dias 2013: 35)

“O Távora acompanhava as coisas, quer dizer, não... Embora fosse um homem que tinha sempre bom apetite para ir aos tasquinhos e tal, mas acompanhava-nos pouco durante a semana. Quer dizer, nessa altura ele era assistente, tinha o gabinete, está bem, portanto não tinha disponibilidade. Às vezes havia um sábado, ou nós reuníamos no Porto ou...” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

“Andávamos duas ou três semanas no campo, e depois o Teotónio [Pereira], ia connosco no carro, no seu Volkswagen [...]. Ou nós vínhamos cá. [...] Outras vezes ficávamos lá [...]. E depois íamos com o Teotónio verificar. Verificar ou também, sim, ver.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

O modelo de pesquisa adotado era o da *extensive survey*, orientada para uma aproximação de conjunto a cada zona. Isso significava percorrer num espaço de tempo curto – cerca de três meses – áreas relativamente extensas, por vezes mal servidas de estradas e que eram em geral desconhecidas para os jovens arquitetos. Mais do que os grandes centros ou as sedes de municípios – que também foram percorridas – o país que o inquérito procurava cobrir era um país de pequenas aldeias (ou freguesias).

Para a realização da pesquisa, os jovens arquitetos dispunham de um equipamento de base comum que integrava um cartão de identificação passado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos e um conjunto de meios técnicos necessários à realização da pesquisa. Entre estes avultam as “lambretas”, utilizadas como meio de transporte preferencial em todas as equipas. Algumas razões explicam a opção por este modo de deslocação. Por um lado, os jovens arquitetos ainda não tinham carro próprio e o inquérito dispunha de um financiamento limitado. Por outro lado, o estado da rede rodoviária portuguesa era

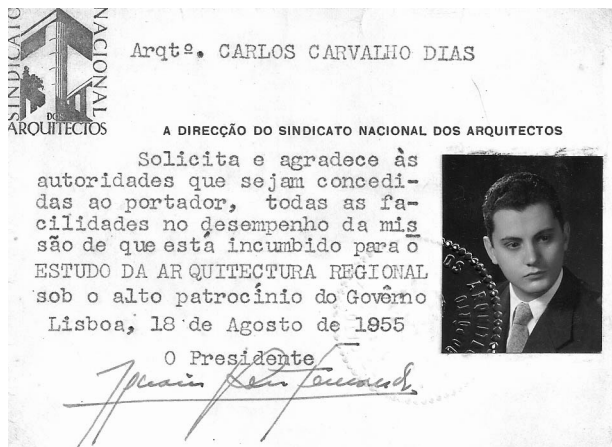


Figura 1
Cartão de identificação
do arquiteto Carvalho Dias.
Fonte: espólio pessoal do arquiteto
Carvalho Dias.

precário, e a lambreta – introduzida em Portugal no início dos anos 1950 – pareceu ser a solução mais adequada. O *kit* posto à disposição das equipas incluía ainda, segundo António Menéres, uma bússola, uma fita métrica e mapas. Estes últimos eram maioritariamente cartas do exército (1:25.000) mas em alguns casos, como na equipa do Minho, eram do Instituto Geográfico e Cadastral (1:50.000).

“Foi-nos fornecido algum material de trabalho, e um cartão de identificação [...]. Quanto às máquinas fotográficas, seriam usadas as nossas pessoais, que nossas permaneceriam, mas os consumíveis eram-nos fornecidos ou pagos. [...] Ser-nos-ia entregue uma ‘lambreta’, como meio de transporte a utilizar.” (C. Dias 2013: 42)

“Quer dizer, tínhamos que levar uma fita métrica. O Salazar era lixado. Como é que ele tinha tempo para pensar nessas coisas? Nós tínhamos de levar máquina fotográfica [...] fita métrica, uma bússola... [...] E então compraram umas lambretas. Quando chegou ao fim do tempo oficial, o Salazar ‘bem, e agora as lambretas? Têm de ser vendidas’.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Certamente úteis, estes meios técnicos não deixavam de criar problemas. Na equipa de Trás-os-Montes, Carvalho Dias refere como, no início da pesquisa, após vários incidentes menores, um acidente mais grave inutilizou a lambreta:

“Ora, mais ou menos na zona em que, à direita, existiu o estádio das Antas, o pavimento, em arranjo, estava coberto de areia. Tanto bastou para, pouco após a partida, uma derrapagem da lambreta, que o Arnaldo não

conseguiu controlar... e lá fomos nós atirados ao meio do chão! // Ficámos mais sujos do que com escoriações [...] Sacudimo-nos, apalpámo-nos e montámos de novo. [...] Mas o diabo tece-as. À chegada a Baltar, já no concelho de Valongo, a estrada desenvolve-se em larga curva para a esquerda, antes de se atingir aquela casa dos frangos [...]. Pois nem sequer lá chegámos. A meio da curva, inesperadamente, nova derrapagem, desta vez mais grave, pois íamos a maior velocidade [...]. Seguimos em frente, com paragem em Paredes, onde o Filgueiras conhecia um bom médico, que poderia assistir-nos. Assim foi, e ele examinou-me, apalpou-me, desinfetou-me, pensou-me e, no fim, aplicou-me a velha injeção antitetânica, prevenindo-me que poderia vir a ter uma reação alérgica, o que por vezes acontecia. [...] Vendo-me cheio de pincladas da cor vermelha do mercurocromo, o Filgueiras, com o seu humor habitual, disse-me que eu parecia, mesmo, o ‘mártir S. Sebastião’, e assim me chamou durante uns dias.” (C. Dias 2013: 45-46)

Na sequência deste acidente, a pesquisa em Trás-os-Montes passou a ser feita com um carro emprestado.

Também na equipa do Minho houve “vários tombos de lambreta”:

“Quer dizer, Porto-Braga era em macadame [...]. Ou era em paralelos. E quando chovia era um perigo... A gente deu uns tombos, não é? Porquê? Porque os automóveis largavam óleo [...]. E com a chuva, o óleo vinha assim... uma pessoa numa curva...” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

“O Rui Pimentel [o segundo integrante da equipa do Minho], acompanhado pelo vinho verde, um dia depois do almoço, ele deu duas guinadelas, e eu disse ‘Oh Rui, cuidado, ainda nos vamos espalhar’, e ele virou-se para trás e disse ‘Comigo nunca te hás de espalhar’. E pumba! Virámos ao chão logo os dois. É uma coisa! Mas, quer dizer, como íamos devagar, enfim, nunca me magoei muito.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Na Estremadura um acidente de lambreta obrigou mesmo à substituição de um membro da equipa (foi assim que Silva Dias passou a integrar a equipa):

“O Galhós era vegetariano e tinha muito cuidado com a sua alimentação. Não bebia água de qualquer sítio. De modo que, segundo dizia o António Freitas [António Pinto de Freitas, o segundo integrante da equipa da Estremadura], a lambreta ia carregada de garrações, de maçãs, de melancias, e a certa altura atravessou-se à frente da lambreta, que era guiada pelo António, um coelhito, e o Freitas, para não molestar o coelhito, fez uma manobra mais difícil, inverteu aquilo tudo e o Galhós partiu um braço.” [Entrevista a S. Dias, 2019]



Figura 2
O arquiteto Carvalho Dias e os seus guias à chegada ao planalto de Lamas de Olo (Trás-os-Montes).

Fonte: espólio pessoal do arquiteto Carvalho Dias.

As lambretas – ou o carro (na equipa de Trás-os-Montes) – não chegavam, porém, a todos os lados. Por vezes alguns percursos em áreas montanhosas tiveram de ser feitos a pé ou de burro. Num dos casos relatados por Carvalho Dias, para chegar a Lamas de Olo a partir de Vila Real, a equipa de Trás-os-Montes andou quatro horas e meia de burro para fazer um percurso que hoje demoraria – de carro – cerca de 18 minutos.

“Lamas de Olo, a nascente, não tinha estrada de acesso, nem sequer energia elétrica. A única maneira de lá chegar era subir a serra a pé, partindo de Lordelo [...]. Foi-nos aconselhado que contratássemos uns guias experientes em Lordelo, já acostumados a essa atividade. Foi o que fizemos, falando aos dois que nos indicaram como dos melhores e, de facto, acompanharam-nos eficientemente pelos caminhos da montanha, caminhos fracamente detetáveis ou apenas pressentidos por quem os conhecia! // A nossa companhia, porém, não se limitava aos dois guias, pois eles não prescindiam dos burros, seus habituais parceiros, os quais se revelaram muito úteis, como autênticos ‘burros de carga’, aliviando-nos dos maiores pesos [...]. // Nesta subida heroica até Lamas de Olo, incluindo umas centenas de metros já no planalto, acabámos por gastar cerca de quatro horas e meia. Mas foi gratificante.” (C. Dias 2013: 59-60)

Relativamente aos restantes meios técnicos usados pelo “inquérito no terreno”, foram menores os problemas. Mas, na equipa do Minho – devido à eventual desconfiança que isso poderia provocar nas pessoas – não foi utilizada a fita métrica para a realização de alçados e plantas, e as medidas eram tiradas

“a passo, para eles não desconfiarem. Portanto, medíamos 10 passos. Depois, como fazemos fotografia, por comparação, por exemplo, uma porta...

Tentava tirar uma [fotografia] como se fosse um alçado, [...] E, por exemplo, a gente punha a mão até cima, à padieira, não era? Um metro e oitenta, pronto, e a partir daí a gente conseguia, mais ou menos, fazer à escala. Ia medindo a passo. É claro, media-se a passo só por fora, não era dentro. [...] Mas com aquilo e de memória, nós conseguíamos praticamente reconstituir. Mas isso à noite, não era oito dias depois.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Os jovens arquitetos planearam de formas diversas os seus itinerários. Em Trás-os-Montes, depois de uma incursão exploratória, foi definido à partida um percurso, que se iniciou no Barroso, prolongou-se pelo norte de Bragança, desceu até Miranda do Douro e terminou no médio Douro. No conjunto, os jovens arquitetos estiveram cerca de três meses em permanência no terreno (que foram complementados depois por incursões pontuais em certas áreas).

“A partir das primeiras viagens exploratórias a iniciar o trabalho, fomos prosseguindo [...] por regiões bem determinadas, mais próximas da base de apoio, o Porto. [...] Acertado o *modus operandi*, teriam que ser abordadas as igualmente importantes regiões de Bragança e Miranda do Douro e a longa e complexa faixa do Alto Douro, sem esquecer a heterogénea área central de Trás-os-Montes. // Preparámo-nos, então, para iniciar a viagem de fundo, numa espécie de périplo mais ou menos periférico pela totalidade do território, de acordo com os movimentos dos ponteiros dum relógio. Era a viagem que, ingenuamente, apelidáramos de ‘definitiva’.” (C. Dias 2013: 101)

Nas equipas do Minho e da Estremadura, a planificação foi mais flexível e a aleatoriedade maior. Nas palavras de António Menéres: “honestamente, julgo que o critério principal, foi o ‘de andando e vendo’” [entrevista a A. Menéres, 2019]. Ou, como afirmou Silva Dias,

“realmente nós tínhamos aquele guião, mas fomos lançados mais numa atitude de achamento. [...] Não sabíamos o que é que íamos fazer, sabíamos que havia uma coisa, e fomos vendo, vendo e andando... A gente ia e a certa altura tínhamos uma surpresa.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

De qualquer forma, na Estremadura – segundo Silva Dias – o percurso seguido começou pelo norte, desceu para Setúbal, percorreu o Ribatejo e terminou em Constância.

Já a equipa do Minho começou em Barcelos, onde ficou quinze dias, um tempo julgado excessivo por Fernando Távora, que os “arrancou” de lá.

“O Távora entendeu que devíamos começar por Barcelos. Barcelos é o concelho, salvo erro, que tem mais freguesias. [...] O que é que nós nunca

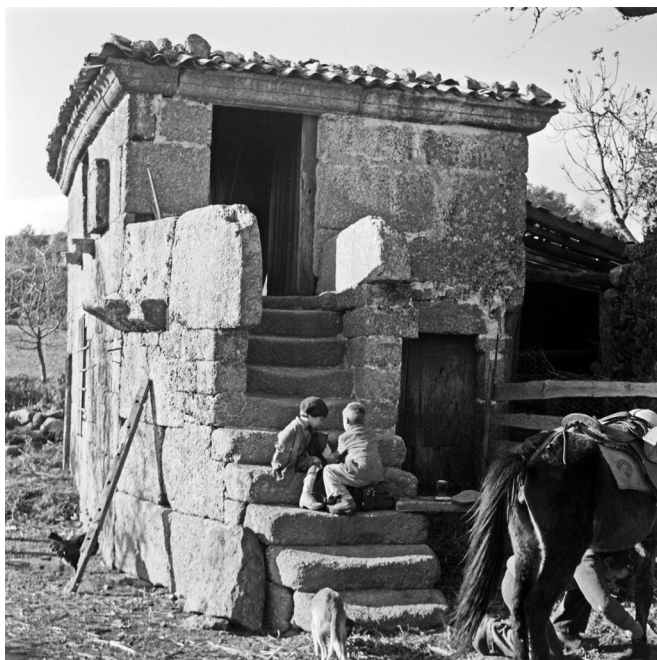


Figura 3
 Casa com meninos
 a brincar nas escadas.
 Fonte: Fotografia do espólio
 do IAPP © Arquivo Ordem
 dos Arquitetos – IARP.

mais saíamos de lá. E o Távora, ao fim de quinze dias ‘ó pá, mas vocês ainda estão aqui?!’” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Os jovens arquitetos percorram depois o Minho e no final a área a sul do Douro. Esta área não foi, porém, totalmente coberta. Segundo António Menéres, de Aveiro para sul era um universo diferente de tudo o resto e por isso acabou por ser deixado para a equipa da Estremadura.

“Quando a gente começou a vir para baixo, que começa a haver construção de adobe, começámos a ver que aquilo já não tinha nada a ver connosco. No sentido – como é que direi? – do nosso entusiasmo, de ver o Minho. [...] Então, o Nuno Teotónio Pereira, de quem eu também era muito amigo... [...], como fez a Estremadura, disse ‘Não, eu avanço mais até Cantanhede’, ou coisa assim. Portanto fez-nos esse grande favor.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Nas equipas do Minho e da Estremadura – diferentemente do que aconteceu com a equipa de Trás-os-Montes – as estadias no campo não eram contínuas e envolviam vindas regulares – aos fins de semana – a Lisboa ou ao Porto.

“O Freitas fez o inquérito dentro de um espírito muito emotivo [...]. No dia em que nós saímos, que foi em setembro, 26 de setembro ou coisa assim, na véspera nasceu a Ana Rosa, a filha dele, que é arquiteta também.

De modo que ele ia sempre com aquela coisa de ‘a minha filhinha...’. E sempre que podíamos, vínhamos a Lisboa [...]. Vínhamos, nem todos os fins de semana, mas de uma forma geral, vínhamos ao fim de semana. Depois, por exemplo, aqui a margem sul, os moinhos de marés, a Nossa Senhora do Cabo, esses íamos e vínhamos todos os dias.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Observada mais de perto, a metodologia de *extensive survey* usada pelas diferentes equipas apresenta também algumas diferenças. Na equipa de Trás-os-Montes uma visão mais geral das diferentes áreas percorridas combinou-se com estudos de caso detalhados envolvendo estadias mais longas numa povoação precisa. Já nas equipas do Minho e da Estremadura, a metodologia adotada envolveu passagens breves por um maior número de aldeias (ou freguesias) documentadas de forma mais dispersa.

De qualquer forma, a preocupação comum foi identificar as diferentes tipologias habitacionais características da cada área e documentá-las:

“a gente chegava a um sítio, dava assim uma vista de olhos e ‘olha, vamos escolher esta’. Quer dizer, como eram muito semelhantes, não é? Porque tem piada que esta arquitetura sem arquitetos não muda a não ser que haja – isso é o que eu penso – que [...] haja acontecimentos, históricos ou económicos.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

“Íamos pela estrada fora e a certa altura começávamos a ver que havia uma frequência de tipos deste género e gostávamos, tirávamos a fotografia, fazíamos uns desenhos, falávamos com as pessoas e depois continuávamos a andar.” [Entrevista a S. Dias, 2012]

“Quando realmente víamos a constância de um determinado modelo, cartografávamos e dizíamos: as varandas de apendre aparecem muito na região de Torres Vedras, portanto vamos marcar e entender que isto é um protótipo.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Nalguns casos – como na Estremadura – os jovens arquitetos eram confrontados com uma certa diversidade de tipologias. Noutros casos, não. Por exemplo, no Minho, desde cedo que a “casa de lavoura, com espigueiro, sequeiro, eira” [entrevista a A. Menéres, 2019] foi identificada como tipo ideal:

“Como nós começámos a ter uma perceção, exatamente era a casa de lavoura com espigueiro, sequeiro, eira. Fundamentalmente era isso. O *core* da casa, claro, é a cozinha, com o seu escano. Tinha muita piada, sabe? O assento levanta e guardam-se coisas em baixo, e até tem uma tábua a meio que se põe na horizontal [...] e a pessoa come aqui comodamente, come a

malga de sopa, o que é uma coisa extraordinária.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Dito isto – como mostram os volumes fruto do inquérito – os jovens arquitetos deram mostras de uma considerável visão periférica, fotografando e documentando paisagens, arquitetura de produção, edifícios urbanos, igrejas e castelos.

A metodologia de registo de informação apresentava algumas constantes. As notas escritas, a fotografia, o desenho de plantas e alçados eram os principais instrumentos de pesquisa. Mas algumas equipas – como as de Trás-os-Montes e do Minho – mantinham também diários de pesquisa, geralmente escritos ao fim do dia.

“Concordámos que o melhor, para a rentabilização da nossa atividade, seria organizar um ‘diário de bordo’, sistematicamente preenchido em andamento, tarefa que competiria, obviamente, àquele de nós que não fosse a conduzir o automóvel. É que foi nesta altura que se tornou importante a utilização do VW do amigo Bastos. // Deixámos de lado as folhas habituais, em formato A4 [...] e valemo-nos de outras, um pouco menores, mas mais cómodas para utilização permanente, quer em andamento motorizado, quer no campo. Numerávamo-las à medida que as fôssemos utilizando, e foram organizadas num caderno em folhas soltas” (C. Dias 2013: 101).

“Os nossos relatos de balanço do dia, por exemplo, começavam sempre com a análise do local, a paisagem dominante e o enquadramento da povoação no terreno. Passava-se às características deste, e aos tipos de cultivo. A seguir, à estrutura da aldeia e às habitações, mais ao equipamento disponível [...]. No fim – e apenas no fim – referíamos os materiais de construção das casas.” (C. Dias 2013: 37)

Também na equipa do Minho

“havia uns blocos A4 em que nós desenhávamos. O Rui Pimentel desenhava muito bem e eu tomava uns apontamentos numa agenda pequenina que eu tinha, mas que eram umas coisas sucintas. E à noite, sei lá, à hora do jantar ou depois do jantar, ele passava as notas.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Na aproximação às diferentes povoações, os jovens arquitetos seguiam diferentes estratégias. Um dos problemas que tinham de resolver era o da sua identificação junto das populações. Tinham tanto de afastar eventuais desconfianças, como ter uma explicação – aceitável para as pessoas – para o tipo

de pesquisa que estavam a realizar. O cartão de identificação do SNA não era suficiente e era até considerado problemático:

“Quer dizer, a primeira vez que [o Rui Pimentel] mostrou aquilo, os tipos fecharam-nos a porta, pura e simplesmente! [...] Ele [o Keil do Amaral] tinha muita piada e disse: ‘Ó pá, vocês são mesmo burros, isso é só para o presidente da câmara’.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Por isso, os jovens arquitetos tiveram de adotar outras estratégias de aproximação. No caso do Minho, o pretexto era “fazer fotografias para postais”: “normalmente começávamos do exterior e tal, dávamos sempre os bons dias, ‘o que é que querem vossemecês?’, ‘andamos a fazer fotografias para postais’.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Seguíam a esse respeito um conselho de Keil do Amaral:

“‘aos tipos, vocês digam que estão a fazer fotografias para fazer postais [...]. Bem, têm de fazer logo à igreja, não é? Mas depois [...] façam de conta que tiram uma fotografia, ou façam, aos miúdos. Mesmo com ranho e sujus e despenteados. Façam isso!’ E as portas abriam-se. Era logo!” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Na equipa da Estremadura, o objetivo da pesquisa seria fotografar “as casas mais bonitas de Portugal” [entrevista a S. Dias, 2012]:

“as pessoas julgavam que nós éramos das Finanças, outros julgavam que era para saber quantos soldados é que lá podiam pôr em casa, quando houvesse guerra. Nós acabámos por arranjar uma forma que era um pouco capciosa que era ‘nós andamos a fazer um livro sobre as casas mais bonitas de Portugal’, que nem sempre dava resultado.” [Entrevista a S. Dias, 2012]

De facto, estas desculpas não deixavam de provocar alguma estranheza, uma vez que muitas pessoas achavam que o que devia ser fotografado não eram as casas, mas os “monumentos” locais (o castelo ou a igreja).

“Eu recordo-me que houve uma ocasião em que nós estávamos – o Rui Pimentel e eu – num sítio que a ideia que eu tenho é que era pouco povoado e encontrámos um lavrador a lavar campos com uma junta de bois e com uma criancinha à frente dos bois. E ele perguntou-nos o que íamos fazer. [...] ‘Estamos aqui a passear – a gente dizia sempre a passear porque assim não incomodava – e a fazer fotografias para postais, de coisas bonitas’. ‘E vocês já foram à capela tal?’. Os homens era só a capela e o castelo. Isso é

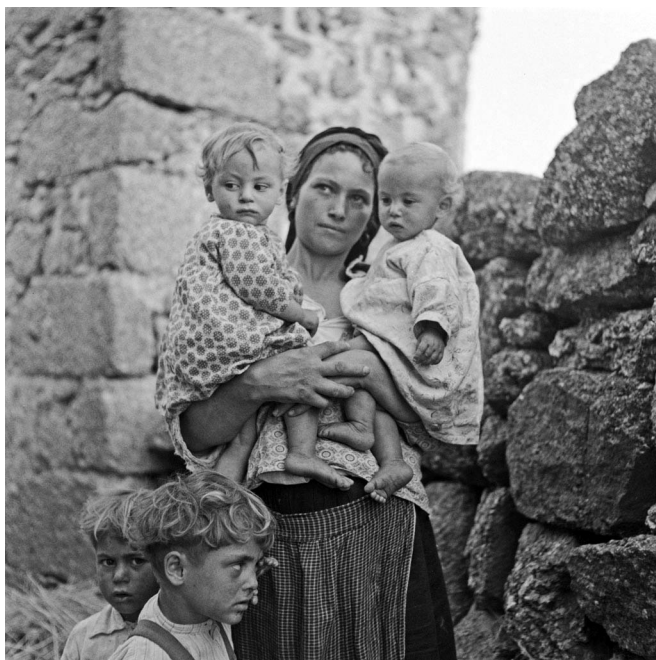


Figura 4
 Família numerosa
 em fundo de granito.
 Fonte: Fotografia do espólio
 do IAPP © Arquivo Ordem
 dos Arquitetos – IARP.

que tinha algum interesse. O resto não tinha interesse nenhum.” [Entrevista a A. Menéres, 2012]

“É claro que as pessoas levavam-nos sempre a ver solares, igrejas, castelos e não era nada disso que queríamos. Nós tínhamos de usar de muita diplomacia, até para as pessoas não ficarem ofendidas. Nós queríamos era ver arquitetura popular e, quando chegávamos lá, eram os próprios rurais a dizer ‘não sei porque é que está a fazer uma fotografia aí, isto está tudo velho, está tudo a cair’. Não entendiam.” [Entrevista a A. Menéres, 2012]

Mas eram também muitos os casos em que as pessoas acediam com simpatia à curiosidade dos jovens arquitetos:

“Começámos a descida para o ‘Lugar’, por ‘Oi de Riba’, onde topámos com uma casinha de muito interesse, pela sua implantação e pela circunstância de se encontrar encostada à rocha natural que lhe servia de parede, desse lado. A senhora, idosa, que a habitava andava ali perto. Abordámo-la, pedindo autorização para entrar e fazer o ‘desenho’ da sua casa. Acedeu logo, naturalmente, sem nada inquirir.” (C. Dias 2013: 78)

Resolvido o problema da identificação, os jovens arquitetos podiam encarar de forma mais tranquila a sua aproximação aos diferentes locais percorridos.

A estratégia usada pelas equipas de Trás-os-Montes e do Minho passava por uma paragem inicial na venda local.

“Ora, como primeiro passo quando se pretende ‘entrar’ numa povoação rural, dirigimo-nos ao café da terra, mais propriamente, a ‘venda’. Para entabular conversa, tomámos qualquer coisa, se calhar, um bagaço. Com toda a naturalidade, o homem do balcão, respondendo à nossa pergunta, providenciou para que alguém nos abrisse a porta da igreja.” (C. Dias 2013: 50)

“Depois, é claro, chegámos à venda. Quer dizer, não valia a pena tentar ir à capela, à sacristia. Por exemplo, sei lá, às 11 horas, o padre não estava lá, estava com a sachola no campo, com certeza. Eram uns padres muito rurais, não era?, a grande parte deles. Portanto, a gente tinha que ir era à venda. Até houve um local [...] que era tão pequeno, que não tinha venda. E a gente perguntou a uma mulherzinha: ‘A gente queria...’ qualquer coisa. E ela disse ‘aqui não há...’, quer dizer, ‘é no povo lá em baixo, mas se vocês quiserem duas laranjas, eu ainda tenho’. Coitadinha, dava-nos duas laranjas, dava e deu, não é? Quer dizer, Portugal era diferente, isso não haja dúvidas.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Noutros casos, porém, a passagem prévia pela venda era posta de lado e procurava-se antes o contacto direto com os moradores das casas que mereciam o interesse dos jovens arquitetos. Esse tipo de aproximação está mais bem identificado para Trás-os-Montes, sobretudo em relação aos estudos de caso mais detalhados. Aqui – mas também no Minho – era ainda corrente que, depois de um primeiro contacto mais ocasional, os jovens arquitetos fossem reencaminhados para quem localmente era considerado mais apto para responder às perguntas.

“[Em Lamas de Olo] Fora-nos indicado o nome de um seu habitante, o senhor Arsénio Mourão, um lavrador ‘rico’, que, sendo de grande afabilidade, era a pessoa indicada para nos apoiar no nosso trabalho. Não tivéramos qualquer processo de lhe anunciar previamente a nossa visita, mas confiávamos no seu bom acolhimento.” (C. Dias 2013: 59)

Ainda no caso de Trás-os-Montes – de acordo com Carvalho Dias – alguns destes interlocutores ofereciam alojamento e refeições: “[em Lamas de Olo] Foi esta a família, portanto, que nos abriu a sua casa, nos integrou nas suas refeições e na sua intimidade, e nos albergou naquela noite.” (C. Dias 2013: 63)

Num outro caso relatado por Carvalho Dias,



Figura 5
Comércio local.

Fonte: Fotografia do espólio do IAPP © Arquivo Ordem dos Arquitetos – IARP.

“À porta de uma das casas deste ‘finisterra’ encontrámos um homem, sentado num mocho rudimentar, trabalhando um bloco de madeira com a sua igualmente rudimentar ferramenta. Entabulámos conversa com ele e explicámos-lhe, o melhor possível, o que pretendíamos. [...] Perguntou, então, onde estávamos instalados e onde íamos comer. À nossa resposta ‘Por aí, onde houver qualquer coisa que se come, e, para dormir, se calhar o melhor é irmos até à Boavista’, ele argumentou: ‘Aqui não há nada. Se quiserem, podem comer comigo. É comida de pobre, mas é o que há.’” (C. Dias 2013: 80)

“Quando o dia começava a declinar, e sabendo que tínhamos de prosseguir o trabalho, o Sr. José perguntou-nos simplesmente onde é que, afinal, íamos ficar. Respondemos que, não havendo ali nada, teríamos de ir até à Boavista (a casa dos percevejos, que remédio...). E o Sr. José voltou, com toda a naturalidade: ‘Fiquem então aqui em minha casa, que não tenho cá os filhos.’” (C. Dias 2013: 84)

Também no Minho, as pessoas eram muito hospitaleiras:

“Muitas vezes até ‘vamos beber um copo’ e tal. Mas é claro, beber um copo tinha um inconveniente, é que não se trabalhava. A gente ia para a adega, era de malga, era ótimo. Eles pediam ‘ó Maria, traz a broa e tal e um

presunto’ e tal. Era ótimo. Aquilo para eles, estar com as pessoas de cidade, gostavam muito. Mas para nós, quer dizer, uma hora de sol era importante, não é?” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Em geral, porém, a alimentação fazia-se com recurso a refeições servidas em restaurantes (e, em aldeias mais pequenas, em vendas) ou confeccionadas com produtos comprados em mercearias. No Minho

“nas vilórias havia aqueles tascozinhos para os passantes, como eles diziam. Havia era generosidade, havia sempre broa, chouriço, havia fruta. Mas, quer dizer, tínhamos que pedir e eles não queriam receber dinheiro em troca, não recebiam. Eram sempre disponíveis.” [Entrevista a A. Menéres, 2012]

“Como à hora em que deveríamos estar a almoçar, muitas vezes estávamos longe das povoações tínhamos que nos defender. Então, água – como não havia autoestradas – havia estradões e tal e havia sempre fontes. Mesmo assim, nós levávamos um cantilzinho e tal. Eu, por exemplo, levava sempre fruta, um canivete e fruta. Também levávamos – eu comprava muito porque nas aldeias era o que havia de contrabando – um chocolate espanhol – Chocolate de Santo António – que era muito areento porque era feito com açúcar amarelo de grão grande. Era um chocolate que era uma bomba, era um belíssimo alimento.” [Entrevista a A. Menéres, 2012]

Já na Estremadura, a hospitalidade era mais escassa:

“a nossa zona era um bocadinho mais civilizada. Era muito urbana. Contudo, na Serra de Aires, na Serra dos Candeeiros, uma vez andávamos por lá e fomos a uma taberna e perguntámos o que é que havia ali de comer. ‘De comer, não temos nada’. Era só vinho. E o Freitas disse ‘mas não tem sardinhas, atum, sardinhas em lata ou atum em lata?’ e o homem ‘que é isso?’, o homem não sabia que havia conservas. E nós alimentávamo-nos de uma coisa que era, o nosso almoço era comprar uma lata de Brama Ravi, que é um atum menos fino, e pão, e depois abríamos a lata, o pãozinho, tirávamos o atum e... raramente comíamos em restaurantes.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Quanto às dormidas, tinham usualmente lugar em vendas e pensões, que muitas vezes não ofereciam condições favoráveis de higiene. Carvalho Dias atribui “duas ou três [estrelas]... negativas” ao primeiro alojamento onde ele e Arnaldo Araújo pernoitaram: durante a noite foram atacados por “um batalhão de percevejos” (C. Dias 2013: 47).

Também no Minho, os percevejos eram um problema:

“houve um sítio, onde o diabo perdeu as botas, que chegámos ao quarto, pousámos as coisas, eu levanto o lençol e havia percevejos no lençol! E eu digo ao Rui ‘ó pá, eu vou dormir para o largo, junto ao coreto, ou lá o que é’. E entrou um passante, [...]. ‘Ah, olhe, eu fico sempre aqui, os percevejos a mim não me mordem’. Ficou no quarto e a gente, não sei, fomos para outro lado qualquer.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Nos volumes da *Arquitetura Popular em Portugal* são raras – com exceção da equipa da Estremadura – as fotografias de pessoas, e praticamente inexistentes as referências escritas a vozes locais. Mas parece fora de dúvida que as pessoas e as suas vozes foram uma constante do “inquérito no terreno”. Os estudos de caso exigiam não apenas um contacto circunstancial com os moradores das casas, mas conversas sobre as habitações.

Na equipa de Trás-os-Montes, cujos integrantes tinham um comum fascínio pela arquitetura de produção, Carvalho Dias refere por exemplo conversas com especialistas locais que ajudavam a esclarecer certos detalhes relativos à construção dos edifícios ou ao modo de operação das tecnologias.

Embora breves, muitos desses contactos com os inquiridos ocupam um lugar de destaque nas memórias dos inquiridores.

“Fomos visitar um lagar de azeite em laboração. Observando todo o complexo processo de esmagar a azeitona, até começar a correr da prensa o primeiro fio de azeite, fui observando, também, as pessoas presentes. // Reparei num homem de meia-idade [...]. Entrei em contacto direto com ele [...]. Com toda a naturalidade e sem qualquer sinal de amargura, contou-me que tinha estado emigrado no Brasil, onde trabalhara no ramo da hotelaria/restauração. Mas a vida não lhe correra suficientemente bem, pelo que tivera de regressar à terra natal, onde tinha umas terrinhas. E, em resumo, o seu drama, a sua expectativa, era ver se a produção das suas oliveiras seria suficiente para pagar – tirando a devida compensação ao dono do lagar – as dívidas que tivera de contrair... e, até, se sobraria qualquer coisinha para ir andando e compondo a sua vida. Foi assim que me explicou o caso, com toda a naturalidade.” (C. Dias 2013: 151-152)

“Nós estivemos a conversar na pedreira: ‘Como é que se chama isto? Como é que vocês fazem? Como é que levantam a pedra?’. Nos fornos de cal também tivemos que perguntar como é que se punha.” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Nalguns casos – como na equipa da Estremadura – esses contactos davam lugar a intercâmbios – baseados na fotografia – entre inquiridores e inquiridos:

“Tenho aí um postal comovente, que é em Ribeira de Alves. Nós [...] tirámos as fotografias e mandámos para lá. Depois o senhor escreveu um postal dizendo ‘é pena que não tenham mandado aquela em que está o meu tio ao pé da nora. A minha mulher está bem de saúde, mas foi operada ao apênde-ce, apênde tracinho ce’...” [Entrevista a S. Dias, 2019]

O INQUÉRITO COMO “DESLUMBRAMENTO”

Era desigual o conhecimento que os jovens arquitetos tinham das áreas onde realizaram a pesquisa. Muitos eram cidadãos que desconheciam – ou conheciam mal – o campo. Outros, embora tendo nascido e vivido em pequenas vilas, tinham uma familiaridade limitada com as zonas que iam pesquisar.

“Nós eramos uns meninos urbanos que passámos a estar num mundo onde, por exemplo, o almoço não estava na mesa quando a mamã chamava o menino. Se estivéssemos no meio do monte, ninguém nos acudia” [Menéres 2019].

“Sim, conhecia mal [a Estremadura], tinha passado umas férias em São Martinho do Porto, [...] para o oeste. Ah, também passava umas férias na Praia do Ribatejo, mas não conhecia sistematicamente a zona. Mas ainda bem que assim foi porque, para mim então, foi extraordinário.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Por isso, para os jovens arquitetos, o “inquérito no terreno” foi uma experiência inesquecível, de aventura e descoberta. Como escreveu Carvalho Dias, ele e Arnaldo Araújo sentiam-se possuídos por um “inegável sentimento de descoberta de um mundo novo” (2013: 103):

“Creio-os elucidativos [os cadernos de campo], e, também, justificativos do entusiasmo com que, então, vivemos a aventura daqueles dias, que sempre recordo como uma experiência única.” (C. Dias 2013: 67)

Também para Silva Dias

“o inquérito foi um deslumbramento. [...] O inquérito marcou-me para toda a vida, quer no aspeto profissional, didático, político até, foi... Posso dizer que a minha vida é antes [e] depois do inquérito.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Esse entusiasmo era geral, mas articulava-se muitas vezes com preferências por certas soluções arquitetónicas. No caso de Trás-os-Montes, o entusiasmo



Figura 6
Duas mulheres e muitos espigueiros.

Fonte: Fotografia do espólio do IAPP © Arquivo Ordem dos Arquitetos – IARP.

era mais forte em relação ao granito e ao xisto. No seu livro, Carvalho Dias é muito encomiástico a este respeito. Fala de “força granítica”, de “apoteose ao granito” e refere-se a Lamas do Olo nos seguintes termos:

“Lamas de Olo seria quase um monumento, um monumento ao granito, com toda a sua força, a sua beleza, a sua dignidade... se não fosse a pobreza e atraso que dimanavam do conjunto da povoação. Mas, pela força da pedra nua, era, em certos locais, e salvas as devidas proporções, como que uma acrópole de granito talhado de múltiplas maneiras, com formas as mais diversas, e para as mais variadas funções.” (C. Dias 2013: 63)

Também em Tourém

“evidenciou-se – ou reforçou-se – a grandeza do granito puro, quer na sua aplicação em paredes, varandas e respetivos cachorros, mas também na imaginação do seu emprego” (C. Dias 2013: 90).

Ainda em Trás-os-Montes a descoberta dos pombais constituiu uma das grandes (e boas) surpresas:

“Em muitas áreas de Trás-os-Montes, e não apenas nesta zona, é normal a paisagem encontrar-se pontuada por elementos isolados, predominantemente

brancos, sem aparente relação uns com os outros. // Trata-se dos típicos pombais que, em certas épocas, foram determinantes para a economia doméstica. [...] Várias vezes nos sentimos tentados a fazer um levantamento sistemático destas construções – pelo menos, dois exemplos de cada tipo. [...] ‘É pena não podermos estudar isto’, desabafávamos por escrito, nas folhas do Diário.” (C. Dias 2013: 115-116)

Mas houve outros “deslumbramentos” (para recorrer à expressão empregue por Silva Dias). Foi o que aconteceu, na equipa do Minho, com os espigueiros de Lindoso:

“Quando chegámos ao Lindoso, aquela multidão de espigueiros...! Nós, no Minho de baixa altitude, digamos assim, com aquelas parcelas todas e as quintazinhas e tal, a gente descobria um espigueiro, um lavrador podia ter dois espigueiros, por exemplo, um de um lado, outro doutro, uma eirazita e tal. Agora, aquilo é diferente [...]. É diferente! Há uma eira, não é? E portanto é tudo ali à volta. Eu não sei quantos são, não é?” [Entrevista a A. Menéres, 2019]

Os palheiros do litoral foram também, para António Menéres, uma revelação:

“O litoral, por exemplo, a Costa Nova, a questão dos palheiros de Mira. Foi a primeira vez que eu soube que havia palheiros com construções apoiadas em estacaria, por causa dos ventos que atravessavam as dunas. Nunca na escola [de arquitetura] eu tive uma abordagem a esse tipo de arquitetura.” [Entrevista a A. Menéres, 2012]

Para Silva Dias, na Estremadura, as grandes surpresas do inquérito foram várias: as construções em série de Picanceiros, o santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel ou a aldeia de Manique do Intendente. Mas a sua memória conservou igualmente a admiração por soluções mais humildes, como a de uma casa

“nos foros de Fernão Ferro [...]. Hoje passamos lá quando vamos para Azeitão e a casa já desapareceu, tem *stands* de automóveis clandestinos. Mas [na altura] fizemos um levantamento e então tinha o chão, o pavimento da sala, mais fofinho, mais lindo que eu encontrei. Porquê? Porque a mulher do foreiro, todos os dias, antes de ir para o campo, regava o chão com um barro dissolvido num regador. Portanto ela regava e aquilo tinha sucessivas camadas de barro, era precível, mas eles andavam descalços, durava talvez uma semana, ou coisa assim, mas era muito fofinho, e tinha um vermelho bonito.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Ocasionalmente, o entusiasmo arrefecia. Assim em Izida, Carvalho Dias escreveu no diário: “De resto, é Tudo Igual ao Já Visto” (C. Dias 2013: 141). Assim mesmo, sublinhado e com maiúsculas no início das palavras.

“Passando Vilar de Maçada e Balsa, nada de especial, salvo a sensação de que ‘parece estar a perder-se o espírito Douro na construção’. Observação significativa e preocupante, esta. [...] Em Chã, na continuação, não se vê tudo, mas, ‘o que se vê = a chatice’ [...]. Relendo, agora, as anotações do nosso ‘Diário’, verifico que estas vão sendo cada vez mais sintéticas, fruto dum cansaço que se acumulava de dia para dia, e duma certa frustração, derivada da monotonia da sucessão de construções sem qualquer interesse especial ou inusitado.” (C. Dias 2013: 158)

Na equipa de Trás-os-Montes havia alguma sensibilidade às condições miseráveis de muitas habitações. Assim em Lamas de Olo, apesar dos rasgados elogios à força granítica da arquitetura local, Carvalho Dias não deixa de mencionar – como vimos antes – “a pobreza e atraso que dimanavam do conjunto da povoação” (C. Dias 2013: 63). Mas o caso mais flagrante passou-se em Campeã. Uma casa possuía um anexo de reduzidas dimensões, que os jovens arquitetos pensaram ser um galinheiro. Foi com surpresa que descobriram que era afinal usado para habitação:

“Com o levantamento já efetuado, perguntámos [à senhora], apontando para o anexo, se era ali que guardava as suas galinhas. Que não, que ali era o quarto do filho, ‘que está na tropa’! O Arnaldo e eu olhámos um para o outro, envergonhados. E à vergonha sentida juntaram-se sentimentos de revolta e de impotência.” (C. Dias 2013: 78)

Em todas as equipas “as malfeitorias” – “a designação usada por Keil do Amaral (para) caracterizar estragos ou disparates que se foram fazendo por essas terras adiante” (C. Dias 2013: 105) – não eram bem-vindas.

“Fixámos o olhar em toda aquela agreste, mas bela, panorâmica. Houve, entre outros, este comentário: // ‘Olha, no cocuruto daquela elevação, deve ser Cotorinho, a única aldeia, por aqui, em que fazem vinho, de acordo com o Amândio. Vamos até lá’ disse um de nós. // ‘Deve ser, realmente, é quase em linha, seguindo a cumeeira do monte. Uma perfeita integração na paisagem, quase não se distinguem as casas. Mas lá está aquele tipo a estragar tudo, com o telhado vermelho de telhas novas!’, continuou o outro.” (C. Dias 2013: 75)

“Portanto, tudo o que não fosse simples, honesto, a simplicidade dos materiais, era malfeitoria. [...] A expressão é mesmo à Keil. [...] As malfeitorias que o Keil selecionou, eram por exemplo uma capela [românica] com um poste de telefones em cima [...]. Mas para nós, fundamentalistas, malfeitoria era qualquer coisa que não fosse popular. E quando digo popular, era que se aproximasse do moderno, claro. E lembro-me que no inquérito estava uma malfeitoria, que é uma casa que nós agora achamos deliciosa, que é uma casa em Estremoz de uma arte nova ingénuo, *naïve*, que é até um restaurante muito célebre – naquela praça principal, chama-se o Águia de Ouro ou não sei quê... – e que estava lá como a coisa mais execrável possível. Agora sempre que vamos lá a Estremoz, vamos ao Águia de Ouro que aquilo é delicioso, com aquelas janelazinhas.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

No decurso da pesquisa, por fim, foram inúmeros os casos de elementos arquitetónicos que, embora tendo interessado os jovens arquitetos, acabaram por ficar fora da pesquisa:

“Outros elementos a estudar seriam as casas brasonadas que vimos, uma das quais tinha a data de 1748, e também as sempre presentes varandas e capelas, etc. Mais boas casas, em número invulgar, denotando, talvez, que estávamos numa terra ‘rica’. // ‘Teria possivelmente interesse estudar este conjunto’. Mas impunha-se que fôssemos prosseguindo.” (C. Dias 2013: 146)

Na Estremadura, segundo Silva Dias,

“Uma falha do inquérito, hoje em dia é que liga muito à habitação, às instalações agrícolas, mas tem pouco sobre os aspetos protoindustriais. Por exemplo, há realmente os moinhos, as azenhas, mas por exemplo aqui a zona tem uma coisa – que só vim a descobrir depois – que é extraordinário, que é a neve da Serra de Montejunto.” [Entrevista a S. Dias, 2019]

“Uma coisa que nós também não fotografámos muito, foram os assentos de lavoura aqui, as quintas, que é uma unidade económica importante. Aí já foi mais difícil. [...] Já era a criada que vinha à porta e que ia perguntar à senhora se podiam, que estavam ali uns senhores para tirar, e coiso...” [Entrevista a S. Dias, 2019]

Lugar de deslumbramento, o inquérito no terreno foi também um lugar de encontros e conversas divertidas recordadas com especial desvelo pelos jovens arquitetos. Três em particular merecem ser mencionadas. Duas delas passaram-se com Carvalho Dias:

“Ainda dois dedos de conversa com o Sr. José [...] sobre a vida em Montes e também sobre o nosso trabalho. Mostrámos-lhes o material que trazíamos, que o deixou maravilhado. Então a bússola, encantou-o! Nunca tinha visto nenhuma [...]. Explicámos-lhe que aquele ponteiro, aquela agulha, indicava sempre o Norte, em qualquer posição que se pusesse o aparelho. Passado para a sua mão, virou-o e revirou-o, olhando embevecido o trabalho e a teimosia da agulha a deslocar-se. A sua expressão era quase de dúvida. Mas, por fim, tornou-se de um gozo compreensivo, maravilhado, com um aberto sorriso brejeiro: ‘Ai, a puta!’, foi o seu comentário único.” (C. Dias 2013: 82)

“Quando, como habitualmente à chegada a uma povoação, procurávamos tomar contacto com as gentes da terra, na venda local, e conversávamos amavelmente com alguns dos presentes, apareceu à porta, súbita e silenciosamente, uma meia dúzia de homens, com os seus cajados bem visíveis. // Fez-se silêncio, encarámos-los, e sentimos o seu olhar hostil. Cumprimentámos-os com um ‘bom dia’ cordato. Mas eles, com a mesma hostilidade no olhar e nos gestos, inquiriram-nos ao que íamos. ‘Final, o que é que os senhores querem aqui?’. Pacientemente, mas com especial cuidado, lá fomos desfiando o habitual rosário: que éramos arquitetos, construíamos casas, e estávamos a estudar as povoações daquela região; como eram construídas as habitações e como, e de quê, as pessoas viviam. Queríamos também verificar o que fazia falta em cada terra, etc. // ‘Então não vêm por causa da nova lei?’ // Que não, que não tínhamos nada com isso; e inquirimos ‘Final, o que é que diz essa tal lei?’ // Em resumo, tinham recebido ‘um papel’, há algum tempo, o qual, pelo que nos explicaram, deveria referir-se aos terrenos baldios da terra, e que eles temiam fosse para lhes tirar os direitos que sempre tinham sido deles, isto é, de toda a povoação. ‘Mas não percebemos muito bem o que lá diz’. // ‘Ora vão lá buscar esse papel, a ver se os podemos ajudar’, retorquimos-lhe. // Foram trazendo-nos uns papéis com sinais de algum manuseamento. // Lemo-los para nós, em conjunto, e com um suspiro de alívio, logo reagimos: // ‘Mas o que isto diz, é que reforça a vossa posição e os vossos interesses, é precisamente o contrário do que vocês imaginavam!’ [...] A reação deles foi imediata, de alegria e satisfação, concluindo com um ‘Os senhores engenheiros é que falam bem!’. Tínhamos, até, sido ‘promovidos!’ (C. Dias 2013: 93-94)

Outra dessas histórias divertidas passou-se com Silva Dias:

“A certa altura, numa curva, aparece-nos uma casa que era assim [Silva Dias desenha], uma porta, uma janela e aqui tinha uma pedrinha. Aquilo foi um deslumbramento: ‘Que coisa linda! Repara bem que a porta é uma figura homotética da fachada. Aquilo é o quadrado da diagonal rebatida. E o quadrado da janela coincide com o quadrado da pedra. E a pedrinha

do lado nascente e...’. Chega-se ao pé de nós uma senhora, que era a proprietária, e pergunta ‘O que é que estão aqui a fazer?’. Nós lá dissemos a fórmula ‘Estamos a fazer um livro sobre as casas mais bonitas de Portugal’ e ela disse ‘Ah! Mas a minha não tem graça nenhuma. A da minha sobrinha, que se casou agora, aquilo é que é uma casa bonita, vão lá a essa’. E nós insistíamos: ‘Repara, António, que a pedra está só de um lado. É a simetria dinâmica’. A senhora olhava para nós e olhava para a casa e a certa altura disse ‘Realmente é bonita. Mas ainda era mais bonita antigamente, porque tinha duas pedrinhas com uns vasilhos, mas veio um malandro da tropa com uma camioneta e levou-me o vasilho’.” [Entrevista a S. Dias, 2012]

CONCLUSÃO

Percorrendo estradas e caminhos de lambreta ou a pé, de burro ou de carro, os jovens arquitetos conheceram um país que os deixou entusiasmados e que marcou para sempre as suas – e as nossas – memórias. Também eles fizeram as suas “viagens na minha terra” (Almeida Garrett). Sem que necessariamente o soubessem, entraram por essa via num clube restrito de intelectuais que, pelo menos desde Almeida Garrett, mas sobretudo no decurso do século XX, fizeram da viagem um modo de inquirição e conhecimento de Portugal. Estão nessa galeria de personagens Leite de Vasconcelos, Orlando Ribeiro, Jorge Dias e a sua equipa (Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira) ou Michel Giacometti. Para todos eles – e para muitos outros – a viagem foi uma forma de empenhamento cívico no desvendar de um país que, não só era mal conhecido, como era reduzido – particularmente durante o Estado Novo – a estereótipos superficiais e amáveis. É por isso justo terminar este artigo com a citação de uma entrevista com Alexandre Alves Costa que, educado no “espírito do inquérito”, caracterizou assim o fascínio pela viagem destes e doutros intelectuais:

“a viagem pelo país, a chamada ‘viagem pela nossa terra’, que é uma coisa absolutamente central na minha geração. ‘Antes de ir para o estrangeiro, muito antes de ir para o estrangeiro, eu quero conhecer Portugal’ e, portanto, a viagem, por Portugal passa a ser uma coisa quase militante. É isso acarreta uma grande paixão pelo país, por Portugal, pela realidade portuguesa, que para nós era completamente desconhecida e mitificada pelo fascismo. O reencontro com a realidade ‘real’, com o povo ‘mesmo’, com a sua cultura, com as suas expressões é uma coisa que nos apaixonou muito, a minha geração toda fica muito apaixonada por isso, e por isso fazemos recolhas de tudo. Tudo o que é popular nos interessa, todas as expressões populares nos interessam... Desde a cerâmica aos tecidos, aos instrumentos agrícolas, tudo nos interessa.” [Entrevista a A. Costa, 1996]

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Alexandra, Joana Cunha LEAL, e Maria Helena MAIA (orgs.), 2012, *Surveys on Vernacular Architecture: Their Significance in 20th Century Architectural Culture. Conference Proceedings*. Porto, CEEA/CESAP/ESAP.
- DIAS, Carlos Carvalho, 2013, *Memórias de Trás-os-Montes e Alto Douro nos 55 Anos do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”*. Guimarães, Opera Omnia.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas: Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Dom Quixote.
- LEAL, João, 2016, “Fernando Távora, Nuno Teotónio Pereira, Benjamim Pereira: três entrevistas sobre inquéritos à arquitetura regional”, em Nuno Faria (org.), *Os Inquéritos (à Fotografia e ao Território)*. Guimarães, Plataforma das Artes e da Criatividade – A Oficina – Documenta.
- MAIA, Maria Helena, Alexandra CARDOSO e Joana Cunha LEAL, 2013, *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina: Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional* (caderno 4). Porto, CEEA Edições Caseiras.
- MENÉRES, António, 2012a, *Memórias do Tempo Construído: Exposição de Fotografias de António Menéres*. Viseu, Museu Grão Vasco.
- MENÉRES, António, 2012b, *Das Arquitecturas Populares no Norte de Portugal até à Modernidade em Guimarães*. Guimarães, Fundação Cidade de Guimarães.
- MENÉRES, António, 2013, *Arquitecturas Populares: Memórias do Tempo e do Património Construído*. Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- NEVES, Rodrigo Ollero, 2001, *Letter to Raul Lino. The Cultural Identity in the Portuguese Architecture: The “Inquérito” and the Architecture of Its Protagonists in the 1960’s*. Salford, Universidade de Salford, tese de doutoramento.
- OLIVEIRA, Inês, 2011, *A Fotografia no Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal*. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura.
- S.A., 1961, *Arquitectura Popular em Portugal* (2 vols.). Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitetos.
- TOSTÕES, Ana, 1997, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto, FAUP Publicações.